


sobre o salário anterior e não sobre o atual. Em seguida o Sr. Presidente passou à Comissão de Finanças e Orçamentos o referido projeto para que a mesma apresentasse em sessão seguinte seu parecer. Esgotado o prazo regulamentar vigente, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão e eu Secretária Executiva lavrei a presente ata, que se for aprovada, irá assinada, pelo Presidente e primeiro secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOPE, realizada aos vinte e oito dias do mês de Novembro de hum mil e novecentos e oitenta e quatro, iniciada as vinte horas. O Senhor Presidente, após invocar a presença divina, abriu a sessão, solicitando à Secretária Executiva, que lesse a ata anterior, que após ser colocada em discussão e votação, obteve a aprovação do Plenário. Posteriormente, foram apanhadas as assinaturas dos Vereadores presentes, em livro apropriado e constatada a presença dos Senhores Vereadores em número legal para continuidade dos trabalhos, o Sr. Presidente dentro do pequeno expediente, deixou a palavra aberta aos Senhores Vereadores. Não havendo manifestações, o Sr. Presidente deu prosseguimento com a pauta do dia, fazendo a leitura do Projeto de Lei número, doze nove, barra, oitenta e quatro, vindo do Executivo e apresentado a seguir, o parecer da Comissão de Finanças e Orçamentos, deferido pelo Presidente da mesma, que altera o valor da Unidade de Referência de 50.000 (Cinquenta

mil) para 40.000 (quarenta mil) e como já ha-
 via sido discutido em sessão anterior, foi colo-
 cado em votação e aprovado por unanimidade.
 Apresentou o Senhor Presidente o projeto de Lei do
 Executivo de número quatorze, barra, oitenta e
 quatro e lido também o parecer favorável, da
 comissão de Obras e Serviços Públicos. Em dis-
 cussão, solicitou a palavra o Vereador Ruithe-
 mann, que, observando o parecer, mais propria-
 mente a tabela constante no mesmo, defendeu-o.
 Colocado a seguir em votação e aprovado em
 seguida pelo Plenário. Apresentado ainda, o Pro-
 jeto de Lei número, cinco, barra, oitenta e qua-
 tro, de autonomia da Bancada do PMDB e parecer
 da Comissão de Educação, Saúde e Assistência
 Social, favorável ao projeto. Após ser colocado
 em discussão e votação, não sendo contestado,
 foi aprovado pelos edis da casa. Em segun-
 da discussão, apresentado também, o Projeto
 de Lei, número quinze, barra oitenta e quatro,
 de autonomia do Executivo Municipal, que, por
 não haver, a Comissão de Justiça e Redação
 exarado parecer, o mesmo foi transferido,
 para uma terceira discussão. Apresentado na
 sequência, o Projeto de Lei, número vinte e um,
 barra oitenta e quatro, oriundo do Executivo, que
 em segunda discussão, usou da palavra o Vere-
 dor Ruitheemann, sugerindo que o mesmo fosse
 transferido para uma terceira discussão, visto que
 o adicional indicado estava incorreto. O Senhor
 Presidente encaminhou o Projeto para a comis-
 são de Finanças e Orçamentos, para ser reti-
 ficado, e, agradeceu a seguir, a presença dos
 que assistiam os trabalhos. Prosseguindo, solici

R.

Foi ao Secretário da mesa, a leitura do Projeto de Lei, do Executivo, número, vinte e quatro barra, oitenta e quatro e, em seguida, o Senhor Presidente deu a mensagem que acompanhava o Projeto, feito isso, colocou-o em discussão, deixando o Código Tributário à disposição dos senhores Vereadores para que pudessem estudá-lo e suspendeu a sessão por alguns minutos. Dado o prosseguimento, com o consentimento das bancadas, o Senhor Presidente colocou o Projeto de Lei número, vinte e quatro, barra, oitenta e quatro em votação, sendo aprovado em seguida. O Senhor Presidente, deu o Requerimento número, zero, oito, barra, oitenta e quatro, feito por Vereadores desta casa, onde solicitaram o comparecimento de um representante do jornal, Gazeta Regional. Como se fazia presente o jornalista Eraldo Edgar de Lima, responsável pelo Conselho Editorial, respondeu pela Gazeta Regional, ficando a disposição dos Vereadores para esclarecimentos, quanto a matéria publicada no referido jornal, "Caso Guido Mulling", o que não se chegou a conclusões muito precisas, pois o jornalista se amparou, num quadro de ética, que segundo a mesma não lhe permitia divulgar no mes de quem fossem tomar as informações. Na realidade, não ficou sabendo-se, qual seria a fonte digna da informação e nem supostos nomes de Vereadores envolvidos. Admitiu o jornalista, sua infelicidade, seu erro, por não ter ouvido os dois lados. No caso, suas fontes de informações que segundo ele, eram muitas e os vereadores e defendendo-se, explicou que havia rece-

bido tal informação pouco antes, da página estar pronta e também por o jornal ser de porte pequeno, não tinha pessoal para levantar e ir a fundo de uma questão. O Senhor Presidente falou que não era desejo da casa, criar atritos com a imprensa, solicitou apenas, que divulguem a veracidade dos casos, que sejam as matérias sadias e não distorcidas. Por ocasião de ter se esgotado o prazo regulamentar para realização da sessão, o Senhor presidente, encerrou-a e eu Secretária Executiva, lavrei a presente ata que se for achada conforme, irá assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP, realizada aos vinte e nove dias do mês de Novembro de hum mil e novecentos e oitenta e quatro. Verificando a presença dos Senhores Vereadores em sua totalidade e após invocara presença Divina, o Senhor Presidente abriu a sessão, solicitando à Secretária Executiva da Casa, que lesse a ata anterior, a qual foi aprovada em seguida e também, que fossem apanhadas as assinaturas dos Vereadores presentes, no livro próprio. Feito isso, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos que encontravam-se no recinto e dentro do pequeno expediente, deixou a palavra livre, quando o Vereador Antonio Carlos D. Lopez, explicou ao público, que a Bandeira que se encontrava no salão da casa, pertencia aos vereadores do PMDB. Não havendo mais manifestações, o Senhor Presidente, ao entrar na pauta do dia, solicitou ao Secretário da mesa, a leitura do projeto de lei, número treze,